



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6369 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

## DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DOCENTES NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Tamires Coimbra Bastos Borges - 10ª CRE - Coordenadoria Regional de Educação do Rio de Janeiro

Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

### **DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DOCENTES NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

## **1 INTRODUÇÃO**

As manifestações sociais de luta contra todas as formas de discriminação, que impediam o pleno exercício da cidadania, sobretudo das minorias sociais, intensificaram-se a partir da década de 90 apresentando demandas de diversas naturezas em relação à inclusão escolar. A crescente democratização do acesso de crianças com deficiência à educação escolar na rede de ensino regular tem ampliado significativamente a diversidade na escola, acarretando polêmicas, controvérsias e insatisfações nos professores decorrentes dos conflitos produzidos no ambiente escolar em função deste novo desafio. (PRIOSTE, 2006).

Este trabalho trata de uma pesquisa que partiu das seguintes indagações: a) Como os professores do ensino regular e do atendimento educacional especializado estão viabilizando o processo de inclusão de alunos com deficiência visual? b) Quais as principais dificuldades e estratégias apontadas pelos professores do ensino regular e do atendimento educacional especializado para viabilizarem a inclusão escolar de alunos com deficiência visual? Para as quais se tinham as seguintes hipóteses: a) a viabilização do processo de inclusão de alunos com deficiência visual está ocorrendo, apesar das dificuldades encontradas, a partir de estratégias pedagógicas adaptadas às especificidades desses alunos; b) supõe-se que as principais dificuldades ao processo de inclusão dos alunos com deficiência visual, encontrados pelos professores são: ausência de adequada formação de professores para atender às demandas da inclusão escolar; infraestrutura inadequada com poucos materiais e recursos; supõe-se ainda que as principais estratégias usadas pelos professores apoiam-se na elaboração e adaptação de instrumentos e materiais específicos para a aprendizagem dos alunos no contexto da inclusão.

A pesquisa de que trata este trabalho teve como objetivo principal analisar como os

professores do ensino regular e do atendimento educacional especializado estão viabilizando o processo de inclusão de alunos com deficiência visual. Além disso, esta pesquisa propôs-se a identificar quais as principais dificuldades e estratégias apontadas pelos professores do ensino regular e do atendimento educacional especializado para viabilizarem a inclusão escolar de alunos com deficiência visual.

Os participantes desta pesquisa foram dois grupos de professores: 8 professores do ensino regular e 2 professores do atendimento educacional especializado que trabalham no ensino médio em uma escola da rede pública de ensino do município de São Luís-MA, com os quais foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Os dados obtidos a partir dessas entrevistas foram analisados com base na técnica da análise de conteúdo tal como proposta por Bardin (1979).

## **2 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os professores do ensino regular e do atendimento educacional especializado foram indagados sobre: *Relate as possíveis dificuldades que você encontra para viabilizar a inclusão escolar de alunos com deficiência visual no ensino médio nas escolas regulares. 50% dos professores apontaram a inadequada formação docente, 40% indicou ausência ou insuficiência de recursos pedagógicos e 10% dos professores apontaram o número insuficiente de profissionais como uma das principais dificuldades para viabilizar a inclusão escolar. A indicação da formação docente inadequada aponta tanto para a formação inicial, com a oferta de disciplinas da educação especial, quanto a formação continuada objetivando a capacitação docente. Embora a LDBEN nº 9.394/96 determine no artigo 59, inciso III o dever dos sistemas de ensino em assegurar “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.” (BRASIL, 2010, p. 44).*

Carvalho (2012) afirma que a remoção de barreiras para a aprendizagem significativa dos alunos com deficiência envolve a garantia dos recursos financeiros para as adaptações arquitetônicas, formação de professores, melhoria das condições de trabalho docente e para a compra de materiais e recursos adaptados. Somente a boa vontade dos professores não é suficiente, embora indispensável. O provimento de recursos materiais adaptados é condição precípua para a viabilização do processo de inclusão escolar.

No que se refere ao número insuficiente de profissionais no AEE, ressalta-se a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu artigo 9º, inciso IX:

Art. 9º A escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento aos seguintes requisitos: [...] IX - realização de parceria com órgãos, tais como os de assistência social e desenvolvimento humano, cidadania, ciência e tecnologia, esporte, turismo, cultura e arte, saúde, meio ambiente (BRASIL, 2010b, não paginado).

A LDBEN nº 9.394/96 afirma que “§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 2010, p. 44). Prover os recursos materiais, o número adequado de profissionais, formação adequada de professores, bem como os profissionais especializados para apoiarem no atendimento educacional aos estudantes com deficiência visual são condições precípua para a viabilização de um processo de inclusão escolar de qualidade, entendido como desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

Em sequência, os professores foram indagados sobre: *Quais as estratégias adotadas por você para superar as dificuldades no processo de inclusão escolar de alunos com*

deficiência visual no ensino regular? 70% dos professores indicaram a elaboração de recursos e materiais específicos e adaptação de atividades; 20% apontaram a parceria entre os professores do ensino regular e os professores do Atendimento Educacional Especializado-AEE, bem como a sensibilização dos professores como uma das principais estratégias de superar as dificuldades encontradas durante esse processo; e, 10% indicaram o atendimento individualizado ao aluno com deficiência visual em horário alternativo.

Carvalho (2007, p. 64) afirma: “enquanto uns valorizam as metodologias, outros colocam sua energia em torno dos alunos, os aprendizes, enquanto aquele é o professor que transmite conhecimentos, este é o educador preocupado com a pessoa de seu aluno.”

A adequação de estratégias pedagógicas em sala de aula para a viabilização do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência visual implica muitas vezes na sensibilidade do professor em conhecer a forma como os seus alunos aprendem e quais as mudanças esperadas para o favorecimento da aprendizagem destes. Concordando com Carvalho (2007) a flexibilidade, como a capacidade do professor de modificar planos e atividades na medida em que as reações dos alunos vão oferecendo novas pistas, contribui para a remoção das barreiras de aprendizagem.

Embora se admita que a superação das barreiras pedagógicas em sala de aula consequentes da falta de material didático adaptados dependa em parte da vontade do professor, esta não deve ser priorizada em detrimento da obrigatoriedade e responsabilidade dos sistemas de ensino de oferecer as condições adequadas e recursos financeiros suficientes para o favorecimento de um ensino de qualidade.

Vygotsky (2006) afirma que a educação inclusiva no contexto da deficiência visual precisa ser refletida a partir da mediação da criança com o mundo, sendo dever da sociedade elaborar as ferramentas que possibilitem a saída do lugar de exclusão, viabilizando a inclusão escolar. Assim, os professores precisam criar as estratégias adequadas ao desenvolvimento e inserção dos alunos com deficiência visual nas salas regulares no ensino médio.

Cerca de 20% dos professores indicaram a parceria entre os professores do ensino regular e os professores do AEE como uma das principais estratégias utilizadas durante o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual.

Na fala do seguinte professor do Ensino Regular (ER) pode-se verificar a indicação do diálogo constante: “Primeiro eu procuro o nosso Núcleo de Assistência, converso muito com o ‘Professor’ do Núcleo de Assistência e peço para ele orientações. Às vezes, eu converso diretamente com o aluno.” (PROFESSOR/ER).

A articulação dos professores do ensino regular com os professores do atendimento educacional especializado, que é o realizado em salas de recursos multifuncionais ou núcleos de apoio, é prevista legalmente (LDBEN nº 9.394/96, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e nº 4/2010).

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 ratifica no artigo 8, que as escolas de ensino regular deve prover meios que possibilitem atuação colaborativa do professor especializado em educação especial com os professores do ensino regular, mediante trabalho em equipe que priorize a aprendizagem de todos os alunos indistintamente (BRASIL, 2001). Diante disso, corrobora a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, ao afirmar no artigo 29, 2º parágrafo, que as escolas devem criar condições necessárias para que o professor do ensino regular explore as potencialidades de todos os estudantes, agindo de maneira colaborativa com os professores do AEE para identificar habilidades e necessidades dos estudantes, orientando e organizando os

serviços e recursos pedagógicos (BRASIL, 2010b).

Concordando com Barros (2013), é fundamental que os professores do Ensino Regular e do AEE realizem um trabalho conjunto, pois diante de tantos desafios e dificuldades durante o processo de inclusão escolar, os professores do ensino regular, às vezes se deparam com situações que não possuem os conhecimentos específicos para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, devendo recorrer aos professores especializados.

Ratificando o pensamento de Carvalho (2007), a sensibilização dos professores integra-se em medidas necessárias para a superação das barreiras atitudinais. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras atitudinais são comportamentos que impedem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015). A sensibilização docente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas merece especial atenção, pois repercute diretamente na maneira como este direciona todo o processo, uma vez que faz parte da formação do perfil do educador inclusivo. Concordando com Alves (2012), a sensibilização induz o professor a planejar as tarefas de ensinar, com mais profundidade e atenção. Só assim irá ocorrer a transformação, por menor que seja.

Outra categoria citada na fala dos professores entrevistados foi o atendimento individualizado ao aluno com deficiência visual no contraturno como resposta às dificuldades de aprendizagem apresentada pelos alunos. A preocupação com a aprendizagem dos alunos com deficiência visual induz os professores do ensino regular ao uso de estratégias mais direcionadas, individualizadas. Às vezes agendando o atendimento do aluno no contraturno com a parceria do AEE, outras vezes antes ou depois da aula ministrada. Essa estratégia fundamenta-se no Decreto 7.611/11 ao indicar como uma das diretrizes na educação especial o uso de medidas de apoio individualizado em espaços que potencializem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta da inclusão plena (BRASIL, 2011). A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, também, afirma que as escolas da rede regular de ensino devem prover a complementação curricular por meio de serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos (BRASIL, 2001).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisar como está ocorrendo a viabilização do processo de inclusão escolar a partir da percepção de dois grupos de professores, do ensino regular e do atendimento educacional especializado, implicou uma tarefa minuciosa, pois trata-se especificamente do confronto entre o querer e o fazer, entre o que está posto nos documentos internacionais, nacionais, literatura especializada e a realidade de escolas públicas.

A análise documental revelou a existência de amplo referencial sobre a temática aqui pesquisada, bem como uma variedade de leis e decretos que asseguram a educação inclusiva como base da efetivação do direito de uma educação para todos. Contudo, confirma-se a hipótese sobre a existência de dificuldades encontradas pelos professores das escolas regulares para viabilizar o que determina a legislação educacional na área de educação especial. No entanto, mesmo diante das inúmeras dificuldades, que são inerentes à educação seja inclusiva ou não, verificou-se também as iniciativas plausíveis dos professores do ensino regular e do atendimento educacional especializado participantes desta pesquisa, pois demonstraram o desenvolvimento de excelentes práticas pedagógicas pautadas na inclusão escolar de alunos com deficiência visual, contribuindo para que a escola a qual pertençam seja uma referência estadual no atendimento ao aluno com deficiência visual em salas

regulares.

De acordo com as entrevistas realizadas foi possível verificar que tanto os professores do ensino regular quanto os professores do atendimento educacional especializado apresentam percepções similares sobre as principais dificuldades encontradas durante o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência visual no ensino médio regular, observou-se que essas percepções são convergentes com as hipóteses desta pesquisa: ausência de adequada formação de professores para atender às demandas da inclusão escolar; infraestrutura inadequada com poucos materiais e recursos.

Reconhece-se que as dificuldades apresentadas pelos professores participantes desta pesquisa fazem parte da realidade das escolas públicas que extrapolam iniciativas individuais de docentes e profissionais da educação, mas dependem de iniciativas governamentais. Diante disso, é primordial e urgente a adoção de medidas estratégicas que contemplem a superação dessas dificuldades por meio da transformação do sistema educacional em nível nacional, estadual e municipal, focando e investindo na melhoria da estrutura física das escolas regulares, no que se refere especialmente, ao acesso e mobilidade de alunos com deficiência; fomentando políticas de formação inicial de professores para a educação especial e incentivando a formação continuada em exercício profissional; políticas públicas focalizadas na melhoria das condições de trabalho docente. Por meio dessas medidas, será possível a efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência visual (cegos ou baixa visão) no ensino regular, pois minimizará as dificuldades encontradas pelos professores e pelos alunos durante o processo de escolarização.

É oportuna a consideração da necessidade do engajamento social de amplos setores da sociedade, políticos, professores e profissionais da educação em geral, pais ou responsáveis, alunos e estudiosos da área, para a efetivação de uma sociedade inclusiva e conseqüentemente, uma escola inclusiva que priorize não apenas a matrícula de alunos com deficiência em turmas regulares, mas o favorecimento da aprendizagem e desenvolvimento compatíveis com suas necessidades.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Deficiência visual. Dificuldades. Estratégias.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1979.

BARROS, A. B. **Processo de inclusão no contexto da deficiência visual**: dificuldades, desafios e perspectivas, São Luís, 2013. 440 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E.

\_\_\_\_\_. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2010b. Seção 1, p. 824. Disponível em: . Acesso em: 23 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2016.

CARVALHO, R. E. A escola inclusiva como a que remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos. In: GOMES, M. (Org.). **Construindo as trilhas para a inclusão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 36-50.

\_\_\_\_\_. **A nova LDB e a educação especial**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

PRIOSTE, C. D. **Diversidade e adversidades na escola**: queixas e conflitos de professores frente à inclusão. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.